ATA DA 41ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 10 de novembro de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

1 Aos dez dias do mês de novembro de dois mil e oito, às nove
2 horas e quinze minutos, na Sala de Reuniões dos Órgãos
3 Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará, na sede da
4 Procuradoria Geral de Justiça - PGJ, reuniram-se para a 40ª
5 Reunião Ordinária do Conselho Estadual Gestor do Fundo de Defesa
6 dos Direitos Difusos - CEG/FDID, sob a Presidência da **Dra. Maria**
7 **do Perpétuo Socorro França Pinto**, representando a Procuradoria
8 Geral de Justiça - **PGJ**, as conselheiras e conselheiros adiante
9 indicados: **Dr. Edson Alves da Silva Filho**, representando a
10 Procuradoria Geral do Estado - **PGE**; **Dra. Maria Tereza Bezerra**
11 **Farias Sales**, representando o Conselho de Políticas e Gestão do
12 Meio Ambiente - **CONPAM**; **Dra. Rimena Alves Praciano**,
13 representando a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará - **SESA**;
14 **Dra. Ana Lúcia Carneiro Bezerra**, representando a Secretaria da
15 Cultura do Estado do Ceará - **SECULT**; **Dr. Antino Carlos Azevedo**
16 **Costa Soares**, Secretário-Executivo do Programa Estadual de
17 Proteção e Defesa do Consumidor - **DECON**, **Deputado Sérgio de**
18 **Araújo Lima Aguiar**, representando a Assembléia Legislativa do
19 Estado do Ceará - **AL**; **Dr. José Francisco de Oliveira Filho**,
20 representando a 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e
21 Planejamento Urbano - **PJMA**; **Antonia Helena Teixeira Gomes**,
22 representando a Secretaria da Fazenda - **SEFAZ**; **Dra. Sheila**
23 **Cavalcante Pitombeira**, representando o Centro de Apoio
24 Operacional da Proteção à Ecologia, Meio Ambiente, Paisagismo,
25 Patrimônio Histórico e Cultural - **CAOMACE**. Justificou ausência:
26 o representante do Turismo - **SETUR**. Não compareceram: a
27 representante da **SECITECE** as 03 (três) **ONG's**. **Dra. Maria do**
28 **Perpétuo Socorro França Pinto** - **PGJ**, Presidente do Conselho,
29 cumprimentou a todos os presentes e em seguida passou para a
30 leitura da Pauta da 41ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual
31 Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos. Verificada a
32 existência de quorum a sessão foi aberta. Fez a chamada das
33 entidades não-governamentais convidadas: Associação Amigos do
34 CRIO - representada por Heloísa Vieira Damasceno de Freitas,
35 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Fortaleza - APAE
36 - representada por Inês de Almeida Costa, Associação Grupo Viva
37 Vida - representada por Maria Elenira de Freitas Lima, Instituto
38 TERRAMAR - ausente, Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP -
39 ausente, SOS COCÓ - ausente, VIDA BRASIL - Valorização do
40 Indivíduo e Desenvolvimento Ativo, Rede de Educação Ambiental do
41 Litoral Cearense - REALCE/CUMBE - ausente, Federação de
42 Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza - FBFF -
43 representada por Maria Aurileide de Souza Soriano, ADELCO -
44 Associação para Desenvolvimento Local Co Produzir - representada
45 por Soraya Vanini Tupinambá, ABED/CE - Associação Brasileira de
46 Economistas Domésticos do Ceará - representada por Shandra

ATA DA 41ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 10 de novembro de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

47 Carmen Sales Aguiar, IBEDEC - Instituto Brasileiro de Estudo e
48 Defesa das Relações do Consumo - ausente, CEDECA - Centro de
49 Defesa da Criança e do Adolescente - ausente, ALDEIA -
50 representada por Simone Luci e Leonardo Sá. Pauta - Ordem do Dia
51 - Primeiro Ponto: Apresentação do Fundo de Defesa dos Direitos
52 Difusos - FDID, pelos Conselheiros, às ONG's. Dra. Socorro
53 França pediu à Dra. Sheila Pitombeira para iniciar a
54 apresentação, e solicitou a cada Conselheiro que falasse sobre o
55 Conselho Gestor para as Organizações Não-Governamentais
56 presentes a essa sessão. Passou a palavra para a **Dra. Sheila**
57 **Cavalcante Pitombeira** que falou ser uma grata satisfação receber
58 os representantes das entidades não-governamentais, e disse que
59 todos do Conselho ainda estão ressentidos da ausência delas,
60 pois este Conselho Gestor existe desde 2004 e que até agora os
61 assentos das três ONG's estão vagos. Explicou que o objetivo
62 dessa apresentação era para mostrar o que é o FDID e tentar
63 sensibilizar algumas entidades a participarem deste Conselho. O
64 FDID foi criado em setembro de 2004 e ele veio para suprir uma
65 lacuna legal que resta da Lei nº 7.437, lei da Ação Civil
66 Pública que estabelece que os danos produzidos aos bens
67 coletivos e aos direitos e interesses difusos devem ser
68 indenizados e reparados, e quando não reparados e ainda que
69 reparados, seja exigida uma indenização que vai para o FDID para
70 patrocinar, custear, subsidiar projetos voltados para esses
71 interesses. E que nas ações do Ministério Público, como nos
72 termos de ajustamento de conduta e todas as condenações de
73 reparação dos direitos difusos acontecidas no Ceará, os valores
74 que correspondem a essas indenizações vão para esse Fundo
75 Estadual. Na esfera federal existe o Fundo Federal de Direitos
76 Difusos, mas cada estado deverá ter o seu. No Estado do Ceará
77 quem gerencia esse Fundo Estadual é este Conselho que está
78 composto hoje e que se resente da presença das três entidades
79 não-governamentais que também vão deliberar sobre a aplicação
80 dessas receitas. Iniciou a apresentação da Lei Complementar
81 Estadual nº 46, de 15 de julho de 2004 fazendo alguns
82 esclarecimentos desta para as entidades presentes. Falou da
83 finalidade do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do
84 Ceará que é: I -ressarcir a coletividade por danos causados ao
85 consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético,
86 histórico, cultural, turístico, paisagístico, infração à ordem
87 econômica e outros direitos e interesses difusos e coletivos, no
88 território do Estado do Ceará - se houver dano coletivo a
89 indenização vai para o fundo para reparar o dano causado. II -
90 dar suporte financeiro... - vem a ser a programação e patrocínio
91 em relação aos bens e interesses difusos. Esses bens deverão ser
92 tutelados pelo estado que vai coordenar a sua gerência,

93 administração sobre como promover a proteção do meio ambiente,
94 da tutela do consumidor, do patrimônio histórico, artístico, e
95 aliado a isso, a participação da sociedade civil que vai se
96 fazer representar nesse Conselho para melhor interferir na
97 aplicação adequada desses recursos, sempre focados na reparação
98 desses bens. III - realizar eventos educativos... - sobre um
99 dano que afetou, por exemplo, a questão do trabalho infantil, da
100 ausência da criança na escola, a questão da profissionalização
101 do adolescente, do uso inadequado de determinado patrimônio,
102 produto e bem ambiental, da questão do desconhecimento sobre
103 determinados aspectos históricos de algumas cidades cearenses,
104 um informativo ou projetos educativos relacionados ao
105 esclarecimento da coletividade sobre esse bem. Falou ter ouvido
106 no jornal, e confessou que não sabia que na seca de 1932 tinha
107 havido uma segregação de retirantes que queriam se deslocar do
108 Sertão Central para Fortaleza, e foram realizadas barricadas
109 para impedir que essas pessoas viessem para a capital. O governo
110 nesse momento deixou de prestar assistência médica, trabalho e
111 ajudar com alimentos, e essas pessoas contraíram várias doenças
112 causando morte em algumas, e que por isso ainda hoje é feita uma
113 caminhada para lembrar os mortos que foram abandonados pelo
114 estado. Comentou que se a população tivesse uma cultura sobre as
115 suas questões, sobre a conveniência desses com a caatinga, com o
116 semi-árido, esses eventos ou acontecimentos históricos de cada
117 período não chuvoso no Ceará, ele deveria ser rememorado não
118 nesse contexto de serem coitadinhas por conta da seca, mas no
119 sentido de estimular a sua conveniência com esse espaço, de
120 estabelecer esclarecimento para a coletividade sobre o
121 desperdício da água, como ela pode fazer falta em determinados
122 momentos, como conviver com a vegetação daquele lugar, como
123 explorar determinadas atividades que podem resultar daí a
124 questão da palha da carnaúba e outras questões. Entende que
125 esses espaços devem ser incentivados, pois são informativos
126 educacionais sobre a história do cearense no seu espaço, na sua
127 região. Disse ser esse um dos objetivos. IV - promover o
128 reaparelhamento e a modernização do Ministério Público... -
129 falou que a lei complementar estabelece que 20% (vinte por
130 cento) da receita anual do FDID são destinados ao Ministério
131 Público para promover o reaparelhamento que é sempre no sentido
132 de modernizar programas de computação, equipamentos mais
133 modernos e outros nesse sentido. V - promover a participação e
134 fortalecer o sistema de controle social das políticas
135 públicas... - Disse que não havia percebido, mas o Conselho,
136 principalmente, quando tiver com a participação das entidades
137 não-governamentais, ele será um olhar crítico na implementação e
138 na execução das políticas públicas de governo. Políticas essas

139 que devem ser realizadas e patrocinadas pelo governo estadual e
140 pelos governos municipais dos 184 municípios cearenses. Disse
141 ser esse um dos focos que esse Conselho tem que atuar
142 viabilizando o acompanhamento da sociedade, das metas e que
143 indicadores foram realizados. Deu como exemplo a cidade de
144 Sobral onde houve há três anos um grande investimento na
145 recuperação do patrimônio histórico da cidade, verificar os
146 indicadores desse investimento na coletividade, se as pessoas se
147 esqueceram, ou se foi só naquele momento de inauguração, se
148 houve a participação da sociedade de visitar esses espaços e se
149 isso é estimulado nas escolas. Na questão da educação: se as
150 cantigas de rodas são estimuladas nas grades escolares e se são
151 valorizadas em atividades no dia do folclore. Falou de alguns
152 dos recursos que constituem o Fundo elencados no art. 2º, como:
153 I - os valores provenientes de condenações em ações civis
154 públicas fundamentadas na Lei Federal nº 7.347/85. - Todas as
155 ações patrocinadas pelo Ministério Público Estadual e Federal,
156 desde que ocorram no Estado do Ceará, o produto dessas
157 condenações irá para o FDID. II - dotações e créditos
158 orçamentários que lhes forem atribuídos. - São créditos que a
159 receita orçamentária diz que vai para o Fundo. III - os recursos
160 provenientes de empréstimos, repasses, doações, subvenções,
161 auxílio... - é para que possa ser viabilizada a celebração de
162 convênio com entidades jurídicas nacionais ou estrangeiras, como
163 também este Conselho pode apresentar projetos a serem
164 subvencionados por entidades estrangeiras. IV - produto de
165 alienação de bens móveis e imóveis por ele adquiridos
166 transferidos ou incorporados... - No caso do Conselho adquirir
167 imóveis ou bens e querer aliená-los, o produto dessa alienação
168 seria destinado à aplicação da receita do Fundo, como também se
169 algum benemérito doasse para o Fundo um terreno, uma
170 propriedade, um imóvel, e o Conselho Gestor entender que vai
171 aliená-lo, para que o produto desta seja usado para fazer caixa
172 e subsidiar projetos. V - rendimentos provenientes de suas
173 operações ou aplicações financeiras. - É o que acontece no dia-
174 a-dia, pois as aplicações financeiras dessa conta serão
175 revertidas ao próprio fundo para financiar projetos. Art. 4º-
176 Composição do Conselho Gestor. O Conselho é composto pelo
177 Procurador-Geral de Justiça que é o seu Presidente - O FDID não
178 é do Ministério Público, ele é o guardião desse Fundo, é quem
179 toma conta e que fornece os serviços administrativos e de
180 secretaria para o Conselho e Fundo. O Ministério Público tem um
181 Fundo que é o da Escola Superior. Os outros integrantes são: o
182 Presidente do Conselho de Política e Gestão do Meio Ambiente que
183 corresponde à antiga Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio
184 Ambiente; o Secretário da Cultura; o Secretário da Ciência,

ATA DA 41ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 10 de novembro de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

185 Tecnologia e Ensino Superior; o Procurador-Geral do Estado; o
186 membro do Ministério Público titular da Promotoria de Justiça do
187 Meio Ambiente e Planejamento Urbano; o membro do Ministério
188 Público Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Proteção à
189 Ecologia, Meio Ambiente, Paisagismo, Patrimônio Histórico,
190 Artístico e Cultural; o Secretário-Executivo do Programa
191 Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor; o Secretário da
192 Fazenda; o Secretário do Turismo; o Representante da Assembleia
193 Legislativa, e daí a ausência das (03) três organizações não-
194 governamentais, que devem fazer parte do Conselho. Falou que
195 desde setembro de 2004 que o Conselho veicula através da
196 internet, rádio e jornais as inscrições para a sociedade civil
197 se habilitarem a essas vagas no seu Conselho, como também para
198 apresentarem projetos quando do período de inscrição desses. O
199 Conselho com muita contrariedade tem convivido com essa ausência
200 tanto na composição deste, como muitas vezes na proposição de
201 projetos. Disse que, individualmente, ela atribui essa ausência
202 aos poucos recursos que o Fundo tem, mas que ainda assim, não
203 justifica, pois o interesse do Conselho é de ficar observando
204 essas políticas e trabalhando para que os recursos,
205 significativos ou modestos, se voltem para o interesse da
206 coletividade e tenha estas como agentes participativos na
207 definição dos projetos. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França**
208 **Pinto** solicitou a Dra. Sheila Pitombeira que presidiu a
209 sessão, justificando que precisaria se ausentar naquele momento,
210 pois tinha uma reunião com a Polícia Federal. Agradeceu a
211 participação de todos os presentes e falou da inscrição das
212 ong's, que essas sem dúvida nenhuma com suas presenças farão um
213 trabalho importante, e que os recursos do Fundo estão
214 aumentando, pois os Promotores de Justiça estão mais atentos, e
215 existem mais de quatrocentos processos de dívida ativa para
216 serem cobrados pela Procuradoria Geral do Estado. Passou a
217 Presidência para a **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** que
218 prosseguiu com a explicação da lei dizendo que o Presidente do
219 Conselho será sempre o Procurador-Geral de Justiça que é o Chefe
220 do Ministério Público. A Vice-Presidência não fica com o
221 Ministério Público, é que agora o Vice é o Procurador-Geral do
222 Estado representado pela Dra. Maria Lúcia de Castro Teixeira,
223 que foi eleita por voto simples de todos os membros do Conselho,
224 e que no caso de empate, o Presidente vota para desempatar. O
225 Conselho tem uma Secretaria-Executiva organizada e coordenada
226 pelo Ministério Público, cuja secretária é a servidora Ivonete
227 Albuquerque que organiza e presta todo o serviço para o
228 Conselho. Quanto aos membros que na maioria são Secretários de
229 Estado, e como eles não podem vir sempre às reuniões por conta
230 de muitas atribuições, de agendas cheias, designam suplentes

ATA DA 41ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 10 de novembro de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

231 para representá-los com direito a voto. Art. 5º- Ao Conselho
232 Estadual Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, no
233 exercício da sua gestão, compete administrar e gerir
234 financeiramente e economicamente os valores e recursos
235 depositados no Fundo, cabendo-lhe ainda as seguintes
236 atribuições: I - deliberar sobre a forma de aplicação e
237 destinação dos recursos do FDID... - O Conselho vai deliberar
238 como e em que devem ser aplicados esses recursos, pois é de
239 muita importância no contexto social, pois todos trabalham
240 sempre com idéias hierarquizadas, que é o governo quem decide
241 tudo, e este Conselho altera essa ordem, por ter representantes
242 do governo e da sociedade civil que juntos decidem a melhor
243 forma de ser aplicada essa receita, na reparação de bens de
244 interesses difusos. Esses são mecanismos esparsos democratizados
245 que o Conselho precisa pontuar, e que não existe no mundo
246 globalizado e no mundo com tanta gente e com tantas demandas,
247 espaço para uma só pessoa decidir, alijando a sociedade e os
248 segmentos sociais desses votos e dessas participações
249 decisórias. II - zelar pela utilização prioritária dos recursos
250 no próprio local onde o dano ocorrer ou possa vir a ocorrer. -Os
251 valores correspondentes às indenizações deverão ser direcionados
252 para a conta bancária com a separação: consumidor, meio
253 ambiente, criança e adolescente e patrimônio público, para serem
254 identificados da origem do recurso, de onde ele veio para
255 preferencialmente ser este aplicado voltado para a origem. Se o
256 recurso for do meio ambiente, que seja utilizado
257 preferencialmente em projetos ambientais etc. III - examinar e
258 aprovar projetos relativos à reconstituição, reparação,
259 preservação e prevenção dos bens... - Podem ser patrocinados
260 pelo Fundo projetos de reconstituição, reparação, preservação e
261 prevenção dos bens mencionados no art. 2º, inciso I desta lei.
262 IV - firmar convênios e contratos com o objetivo de elaborar,
263 acompanhar e executar projetos pertinentes às finalidades do
264 FDID. VIII - autorizar o repasse de recursos do FDID a
265 organizações não-governamentais e consórcios de municípios
266 mediante previsão orçamentária e aprovação dos projetos no
267 Conselho Gestor. - Quando o Conselho aprova projetos de uma
268 entidade não-governamental, para serem repassados os recursos, é
269 celebrado com ela um convênio onde esta é obrigada a prestar
270 contas desses recursos, prestação que vai ser analisada pelo
271 Conselho. XI - autorizar o repasse de 20% (vinte por cento) da
272 receita anual do FDID ao Ministério Público do Estado do Ceará,
273 mediante prévio exame dos projetos destinados ao reaparelhamento
274 e à modernização de seus órgãos de execução e apoio. - É a
275 parcela do Ministério Público que o Conselho autoriza e
276 formaliza o repasse desses 20% (vinte por cento). Art. 6º - os

ATA DA 41ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 10 de novembro de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

277 recursos arrecadados pelo FDID, na forma prevista nesta Lei
278 serão destinados à aplicação que satisfaçam reparações
279 diretamente relacionadas à natureza da infração do dano causado.
280 Art. 7º- no caso de concurso de credores de créditos decorrentes
281 de condenações previstas na Lei Federal nº7.347/85 e depositados
282 no FDID, e de indenizações pelos prejuízos individuais,
283 resultantes do mesmo evento danoso... - neste caso se dá por uma
284 questão típica de consumidor, exemplificado o caso de um
285 medicamento que estava com problema onde o Ministério Público
286 propôs uma ação civil pública para resguardar o interesse da
287 coletividade que comprou esse medicamento. Nesse caso existe um
288 dano coletivo, pois esse produto foi ofertado com imperfeição
289 enganando a sociedade, como também existe o prejuízo pessoal,
290 individual da pessoa que comprou o produto. O produto dessa
291 arrecadação indenizatória coletiva vai para o Fundo porque a lei
292 assim determina. Art. 8º - Os recursos do FDID, serão
293 depositados em conta especial do Banco do Estado do Ceará, ou em
294 uma instituição financeira oficial, à disposição do Conselho
295 Estadual Gestor do Fundo. - Quando foi criado o Fundo os
296 recursos foram depositados no Banco do Estado do Ceará, hoje
297 eles estão no Banco do Brasil, e futuramente, irão para a Caixa
298 Econômica Federal porque tem que ficar numa instituição
299 financeira oficial. Art. 9º - A Procuradoria Geral de Justiça
300 enviará à Assembléia Legislativa, anualmente, junto com sua
301 proposta orçamentária, o orçamento do Fundo de Defesa dos
302 Direitos Difusos do estado do Ceará - FDID, detalhando a origem
303 e a destinação dos recursos, segundo as especificações dos arts.
304 2º e 3º da Lei Complementar. Como é o Ministério Público que
305 toma conta desses valores para a sociedade, ele apresenta
306 anualmente a prestação de contas ao Tribunal de Contas do
307 Estado. Também encaminha para a Assembléia Legislativa, a
308 previsão orçamentária do Fundo com a estimativa dos recursos a
309 serem arrecadados pelo Fundo em cada ano. Art. 10 - O Conselho
310 Estadual do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - FDID, reunir-
311 se-á ordinariamente em sua sede, na Capital do Estado, podendo
312 reunir-se, extraordinariamente em qualquer ponto do território
313 estadual na forma estabelecida em seu Regimento Interno. As
314 reuniões ordinárias do Conselho acontecem todas as segundas
315 segundas-feiras de cada mês, e no início de cada ano a
316 Secretaria-Executiva entrega aos Conselheiros o calendário anual
317 das reuniões. Havendo necessidade o Conselho fará reuniões
318 extraordinárias que serão provocadas pelos Conselheiros ou pelo
319 Presidente. Poderá apresentar projeto ao Conselho Estadual
320 Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos: qualquer cidadão
321 e entidades governamentais e não-governamentais. Falou que um
322 dos objetivos dessa reunião era fazer a demonstração do Conselho

323 Gestor para as entidades não-governamentais e mostrá-las da
324 importância da representação da sociedade civil neste Conselho.
325 Informou que no próximo ano o Conselho divulgará um edital para
326 apresentação de projetos voltados para os interesses difusos,
327 criança e adolescente, saúde, meio ambiente, consumidor,
328 patrimônio histórico etc. Informou ainda que no site da PGJ, no
329 link FDID estão demonstradas todas as ações deste Conselho.
330 Abriu espaço para as entidades presentes fazerem indagações e
331 tirar dúvidas com os Conselheiros. **Maria Aurileide de Souza**
332 **Soriano** falou que de certa forma está apreensiva porque a
333 sociedade civil de Fortaleza tem um movimento muito intenso,
334 muito vivo em todas as ações que acontecem nessa cidade. Que a
335 Federação recebeu o convite e discutiu em reunião a importância
336 desse Conselho, por isso a presença dela nessa reunião. Quanto à
337 observação feita pela Dra. Sheila em relação à ausência das
338 ONG's acha que não é pela questão dos poucos recursos, porque a
339 sociedade civil está basicamente em todos os conselhos de
340 controle social desta cidade e deste estado e que lá não existe
341 dinheiro para essas entidades, mas que elas têm uma
342 responsabilidade muito grande e madura aonde têm assumido
343 compromisso. Disse estar surpresa e pensa que é por falta de
344 divulgação, talvez socializar melhor para que elas possam
345 participar, porque a sociedade civil ainda tem dificuldade de
346 estar acessando tudo o que está no meio eletrônico. Disse ter
347 ficado feliz porque as outras entidades também concordaram com
348 ela nesse sentido. Falou que o ofício convite enviado pelo
349 correio ainda ajuda muito e que nem todas têm a prática de estar
350 lidando somente pelo meio eletrônico, que é uma cultura que vai
351 demorar para que as entidades se apropriem dela. Disse ainda que
352 enquanto Federação, e independente de estar ou não nesse
353 Conselho se comprometeu de junto as quinhentas e poucas
354 entidades filiadas a Federação divulgar para elas que existe
355 esse Conselho. Que achou muito interessante e importante, mas
356 não compreendeu bem a questão da captação dos recursos para o
357 Fundo, solicitando à Dra. Sheila para que ela se aprofundasse
358 mais para ela compreender se este Conselho prepara projetos
359 visando à captação de recursos. **Dra. Sheila Cavalcante**
360 **Pitombeira** informou-a que o Conselho poderá preparar projetos
361 para apresentar a entidades nacionais e internacionais, mas a
362 captação dos recursos do Fundo se dá exatamente da condenação de
363 quem ofendeu esses bens que é obrigado a pagar por essa ofensa,
364 exemplificando: se alguém promover uma degradação em uma
365 falésia, ela vai ter que recuperar e indenizar a sociedade por
366 esse ato que foi ofensivo ao meio ambiente, e o valor dessa
367 indenização vai para o Fundo para subsidiar projetos do meio
368 ambiente. Se houver exploração da imagem de crianças, essa

369 entidade ou empresa que fez essa exploração vai pagar uma
370 indenização ao Fundo e esse valor volta para ser usado em
371 projetos de crianças e adolescentes. O Conselho tanto pode fazer
372 convênios com essas entidades, como também pode receber doações,
373 por isso consta esse dispositivo na lei. **Maria Aurileide de**
374 **Souza Soriano** indagou quantos projetos foram contemplados com
375 recursos do Fundo. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** respondeu
376 que foram contemplados sete ou oito projetos, pois foram
377 propostos poucos projetos, e os que deixaram de ser aprovados
378 foram por terem sido apresentados inadequadamente fora do
379 objetivo, falta da documentação exigida, despreparo formal e
380 entregues fora do prazo. **Shandra Carmen Sales Aguiar**
381 cumprimentou a todos e disse concordar com a Aurileide que houve
382 falta de uma maior divulgação, inclusive ela está sempre em
383 contato com o Dr. Antonio Carlos Azevedo do DECON e sempre lhe
384 perguntava com estava o FDID, e ele respondia que já havia sido
385 criado, mas não passou a informação da necessidade de
386 preenchimento dessas vagas no Conselho Gestor, acreditando que
387 essa informação não foi a ela repassada por este achar que ela
388 faz parte de uma entidade governamental. Disse que também nunca
389 ouviu falar nos meios de Comunicação da existência desse Fundo.
390 Falando em falta de divulgação, informou que existe um Conselho
391 Nacional de Segurança Nutricional que as pessoas acham que não
392 existe e que ela é Conselheira, mas que não estava ali para
393 dizer que foi falha de alguém, e que vai falar para todos que
394 esse Fundo existe, pois quem trabalha com defesa do consumidor e
395 educação do consumidor sabe o quanto esse fundo é importante
396 para a defesa desse. **Soraya Vanini Tupinambá** cumprimentou a
397 todos e falou sobre a ADELCO, associação que trabalha com dois
398 bairros: Alto Alegre e Maracanaú e também com a etnia tapeba no
399 município de Caucaia. Disse que queria falar um pouco sobre o
400 aspecto que a Dra. Sheila colocou sobre a pouca participação das
401 ONG's, informando que antes de entrar para a ADELCO fez parte de
402 outra instituição a TERRAMAR, e que acompanha o movimento
403 ambientalista no Ceará, sendo uma característica desse movimento
404 muitas vezes a informalidade. Que existem muitos grupos
405 ecológicos que não são entidades não-governamentais e que apesar
406 de ter uma atuação muito forte de defesa dos direitos difusos,
407 elas não são constituídas formalmente, mas que se reúnem
408 sistematicamente, inclusive com a Dra. Sheila colocando uma
409 pauta ambiental no Estado do Ceará, e produzindo anualmente um
410 dossiê ambiental. Falou ainda que essa ausência das ONG's não é
411 por não dar importância a um espaço como esse, colando também um
412 outro elemento que é a pulverização, no Brasil, de muitos
413 Conselhos relacionados ao Meio Ambiente, Recursos Hídricos,
414 Comitês, Conselho Municipal de Meio Ambiente, CONAMA e Grupos de

415 Trabalhos, entidades essas que estão envolvidas em muitos
416 Conselhos, inclusive de Políticas Públicas que discutem desde a
417 formulação da política até o funcionamento dela. Acha também que
418 pode ser explicado um pouco esse esvaziamento ou essa falta de
419 atenção, por ser este um Conselho dedicado exclusivamente a
420 gestão de um Fundo, e não a implementação de uma política, pois
421 ele tem características muito diferenciadas dos Conselhos que as
422 organizações no geral se dedicam. E para explicar por que no seu
423 entendimento não existe a desvalorização do tema, e nem a
424 questão da sua importância, é que as pessoas comentam, e ela
425 sabe da apresentação de um projeto apresentado a esse Conselho
426 pelo CEDECA - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, e no
427 plano nacional um projeto apresentado pela entidade Terra Azul e
428 várias outras instituições. Disse ainda que da parte das
429 entidades presentes à reunião, o compromisso a despeito de
430 participar ou não do Conselho, de difundi-lo, de colocar a sua
431 relevância, importância, levar também este para os fóruns acha
432 que podem cumprir tranquilamente. **Dr. Antonio Carlos Azevedo**
433 **Costa** cumprimentou a todos e em especial a Dra. Sheila nesse
434 momento na condição de Presidente Interino do Conselho. Falou da
435 satisfação em estar voltando ao Conselho nessa reunião,
436 representando o Dr. Gualberto Feitosa, Secretário-Executivo do
437 DECON que está viajando, pois passou dois anos como membro deste
438 Conselho. Quanto a divulgação do FDID talvez não tenha sido
439 suficiente, mas que foi feita. Por diversas vezes ele esteve na
440 Assembléia Legislativa, em audiências públicas diversas e por
441 meio do canal de televisão e de rádios existentes, como também
442 nos próprios sistemas de comunicação de Fortaleza e em diversos
443 fóruns que participou, havia comunicado as vagas existentes no
444 Conselho para as organizações não-governamentais e a preocupação
445 em trazê-las para este Conselho Gestor. Agradeceu e parabenizou
446 as entidades presentes, dizendo que esperava que fossem
447 acolhidas as associações que pudessem contribuir para este
448 Fundo, porque ele tem futuro. Informou que o DECON tem mais de
449 quatrocentos processos para serem executados junto ao serviço da
450 dívida ativa do Estado, e que quando esses recursos forem
451 depositados na conta do FDID serão utilizados em benefício dos
452 direitos difusos no Estado do Ceará. **Leonardo Sá** cumprimentou a
453 todas as autoridades presentes e também aos representantes das
454 entidades civis, e disse que faz parte do Laboratório de Estudos
455 de Violências da Universidade Federal do Ceará e da Ong ALDEIA
456 que trabalha desde 2004 com comunicação, educação, inclusão
457 digital e vulnerabilidade social, e recentemente fizeram um
458 trabalho de incubação comunitária no Projeto Nossa Fronteira com
459 jovens em situação de risco e de vulnerabilidade social. Disse
460 que a entidade teve conhecimento do FDID e do seu Conselho

461 através de uma audiência pública acontecida nessa Procuradoria
462 Geral de Justiça. Disse que depois que tomaram conhecimento do
463 Fundo e do seu Conselho foi despertado o interesse de
464 participarem do processo de constituição desse Conselho como
465 algo inovador, até porque pelo que perceberam o formato desse
466 Conselho é muito ágil, dinâmico e inovador. Que apesar de toda a
467 composição intersetorial do poder público ele tem uma
468 característica de uma agência que funciona de um modo ágil e que
469 pode estabelecer uma série de tópicos de alto impacto social e
470 cultural, e que é neste espelho que a ALDEIA está aqui
471 representada. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** indagou se mais
472 alguém representante da sociedade civil queria se manifestar,
473 como também os Conselheiros. **Dr. Edson Alves da Silva Filho**
474 falou que o FDID tem uma característica muito peculiar de
475 fomento às iniciativas privadas de interesse público e coletivo,
476 e de controle das políticas públicas desenvolvidas por órgãos do
477 Estado e Municípios. Agradeceu a presença das entidades e
478 convidou-as a conhecer mais a fundo o Conselho Gestor, como
479 também para participarem de uma palestra sobre o terceiro setor,
480 cujo conteúdo está afixado em um mural na entrada do prédio da
481 PGJ, a ser realizada no dia 18 de novembro, promovida pela
482 Promotoria que cuida das Fundações Públicas. **Dra. Maria Tereza**
483 **Bezerra Farias** parabenizou a todas as entidades civis presentes
484 e falou da luta em trazer estas entidades para o Conselho, pois
485 além da divulgação realizada pelo Ministério Público, cada
486 Conselheiro era responsável por essa divulgação na sua área de
487 atuação. Que ela tinha divulgado na região do Inhamuns, mas que
488 nenhuma entidade havia se interessado, e que esse Conselho havia
489 solicitado a Comissão do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa
490 que fosse feita uma audiência pública para explicar o que é o
491 FDID, como também foram chamadas as entidades que se
492 inscreveram, e não complementaram a documentação. Falou que o
493 Edital está divulgado no site da PGJ, mas geralmente quem tem
494 acesso a computador só acessa sites que são do seu interesse
495 pessoal. Acha que na área do meio ambiente essa ausência deve-se
496 ao fato de que as entidades formalmente constituídas, que já têm
497 uma ação ambiental mais consolidada estão em vários outros
498 conselhos. Também por conta da documentação a ser apresentada,
499 muitas delas desistem, mas que acha que chegou o momento do
500 Conselho identificar as entidades que são bem representativas, e
501 como são três, entende que não vão ter dificuldade para compor
502 esse Conselho que trabalha com muita seriedade. Falou ainda que
503 cada Conselheiro procura aprender a cada dia porque é um
504 Conselho diferente, onde se reúne também para avaliar e analisar
505 projetos, diferente de outros Conselhos que só se reúnem para
506 discutir e propor, e que vai ser muito bom que as entidades

ATA DA 41ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 10 de novembro de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

507 possam se agregar a esse Conselho do FDID. **Dra. Ana Lúcia**
508 **Carneiro Bezerra** agradeceu a presença das organizações não-
509 governamentais presentes, e disse a elas que ao tomarem assento
510 nesse Conselho para deliberar na área dos direitos difusos, elas
511 como membros não ficavam proibidas de apresentarem projetos,
512 ficariam no caso, impedidas de votarem no projeto que apresentou
513 como acontece com entidades governamentais com assento neste
514 Conselho. **Dr. Osterne Feitosa Ferro Neto** desejou votos de boas
515 vindas aos representantes das ONG's, e convidou todos os
516 presentes na sessão para participarem do I Seminário
517 Internacional de Geopark a se realizar nos dias 13 e 14 de
518 novembro a ser ministrado por pessoas da Europa e Estados Unidos
519 onde será apresentado o novo conceito de Geopark, que visa
520 redimensionar a organização de destinos para a população de um
521 planeta sustentável, reduzindo as mazelas. Informou que o 1º
522 Geopark do Brasil fica no município cearense de Araripe. Falou
523 sobre o que está acontecendo na Europa com os imigrantes e
524 também das prisões do Superintendente da SEMACE, IBAMA e da
525 Secretária do Meio Ambiente de Fortaleza achando essas
526 arbitrárias e muito violentas. **Dra. Rimena Alves Praciano**
527 lembrou às entidades que os documentos a serem apresentados para
528 concorrerem ao sorteio das vagas no Conselho estão elencados na
529 Resolução do CEG/FDID nº 02/2004, a serem encaminhados com o
530 formulário para a inscrição. Falou da felicidade em tê-las
531 presentes nessa reunião, e agradeceu o interesse delas em compor
532 o Conselho há muito tempo esperado pelos Conselheiros. **Elenira**
533 **Freitas** cumprimentou a todos e falou que o grupo VIVA VIDA é
534 diferente de todas as entidades que se apresentaram, pois busca
535 recursos para manter o Centro de Valorização da Vida - CVV, que
536 é uma entidade que se coloca à disposição das pessoas para,
537 através do diálogo, ajudá-las nos momentos difíceis. É um
538 trabalho feito por voluntários e funciona 24 (vinte e quatro)
539 horas, e que fora do atendimento telefônico e pessoal ele tem
540 grupos de renovação contínua onde trabalham com a mudança
541 pessoal e o interior das pessoas. Enquanto valorização da vida
542 humana, no ano passado foi realizada na comunidade da Vila União
543 uma lanterna para a paz e cursos de reciclagem através da
544 Superintendência do Meio Ambiente do Ceará -SEMACE. Disse que
545 recebe colaboração de várias entidades não-governamentais e que
546 estão com um projeto na Secretaria da Ação Social do Estado
547 buscando recursos, mas que ainda não têm sede própria. Agradeceu
548 pela oportunidade. **Dra. Maria Tereza Bezerra Farias Sales**
549 agradeceu ao Dr. Osterne pelas palavras dele em relação ao que
550 aconteceu com Superintendente da SEMACE, e disse que esse fato
551 pegou todos da instituição de surpresa, mas que estão
552 acontecendo várias reuniões com os servidores pedindo cautela e

553 prudência para que nesse momento entreguem tudo a Deus porque só
554 ele é o Senhor da verdade e da justiça. Que todos têm vivido
555 momentos difíceis e de angústia, e estão aguardando que tudo
556 possa ser esclarecido dentro da lei, e que as pessoas sejam
557 respeitadas na sua individualidade e na sua vida como cidadão.
558 **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** falou para os representantes
559 das entidades não-governamentais que se eles quisessem integrar
560 o Conselho Gestor do FDID, que formalizem a inscrição para que
561 constasse na pauta da próxima sessão do Conselho. A modalidade
562 da escolha das entidades será através de sorteio dentre as
563 inscritas, e justificou que quando a lei foi elaborada a
564 expectativa é que viriam muitas entidades, e que o critério mais
565 democrático seria esse. Falou que a expectativa dos Conselheiros
566 é que as entidades se inscrevam para que na próxima reunião já
567 seja promovido o sorteio. Segundo Ponto: Aprovação das Atas da
568 6ª Reunião Extraordinária e 40ª Reunião Ordinária, esta
569 condicionada ao esclarecimento sobre os votos da relatora nos
570 projetos da Procuradoria Geral de Justiça - PGJ. Falou que
571 existe uma pendência na aprovação da 40ª Reunião Ordinária por
572 conta de um pequeno conflito entre o que foi dito e o que foi
573 escrito nos pareceres da relatora Dra. Ana Lúcia Carneiro
574 Bezerra nos projetos da PGJ, onde ela disse que não poderiam ser
575 modificados, e que a PGJ poderia apresentar novos projetos na
576 concepção do que ele está necessitando, mas no parecer escrito
577 ficou dito que o Conselho decidiria. **Dra. Ana Lúcia Carneiro**
578 **Bezerra** falou que ela havia colocado que as solicitações das
579 alterações dos projetos não seriam possíveis porque estavam
580 alterando os objetos dos mesmos, e que como relatora deixou para
581 o Conselho a deliberação para que a PGJ apresente sim, novos
582 projetos dentro da concepção do que ele estava necessitando. E
583 resumindo disse: "a solicitação de alterações dos projetos não
584 eram possíveis pelas fundamentações constantes nos pareceres, e
585 que poderia apresentar novos projetos submetidos ao Conselho
586 dentro da nova visão e realidade que o Ministério Público teria
587 necessidade". **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** falou que como
588 houve essa pendência, ficam as atas da 40ª e 41ª Reuniões
589 Ordinárias para aprovação na próxima reunião. **Dra. Ana Lúcia**
590 **Carneiro Bezerra** falou que como vai ser colocada a possibilidade
591 de fazer o sorteio das entidades que se inscreverem na próxima
592 reunião, já deixou o convite formal para que as entidades
593 presentes comparecessem para presenciar o sorteio. **Dra. Sheila**
594 **Cavalcante Pitombeira** concordou e disse que iria fazer o convite
595 no final, na seqüência dos assuntos gerais, mas que já ficou
596 antecipado o convite para todas que se inscreverem ou não se
597 inscreverem, para a próxima reunião a ser realizada no dia 08 de
598 dezembro, onde acontecerá o sorteio das entidades que se

ATA DA 41ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 10 de novembro de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

599 inscreveram. A documentação deverá ser entregue no Protocolo da
600 PGJ. Falou que o outro assunto era a aprovação da Ata da 6ª
601 Reunião Extraordinária. Perguntou se os Conselheiros tinham
602 alguma correção a fazer, mas como não houve, a ata ficou
603 aprovada por todos. Terceiro Ponto: Apresentação do
604 Demonstrativo Financeiro dos valores recolhidos ao FDID
605 referente ao mês de outubro de 2008. Perguntou se todos os
606 Conselheiros tinham recebido e se havia algum questionamento,
607 alguma dúvida. Como não houve nenhuma manifestação o
608 Demonstrativo Financeiro foi aprovado por todos. Explicou que o
609 Cadastro Geral das Ong's constante na ficha de inscrição é para
610 dizer se a entidade é cadastrada na ABONG, e que no caso de não
611 ser, isso não causa nenhum transtorno, não é requisito, é
612 meramente informativo. Segue o que está na lei. Quarto Ponto -
613 Assuntos Gerais: **Dr. Edson Alves da Silva Filho** informou aos
614 Conselheiros que foi realizada uma reunião com o pessoal do
615 orçamento da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado -
616 SEPLAG para tirar algumas dúvidas sobre a execução do Convênio
617 celebrado entre o FDID/Conselho Gestor e a Procuradoria Geral do
618 Estado - PGE. Na reunião foi informado que as licitações vão ser
619 realizadas pela Comissão de Licitação da PGJ, em nome do FDID, e
620 que depois as despesas serão realizadas pela PGE em nome deste,
621 isso por conta da descentralização orçamentária que foi uma
622 mudança atípica ocorrida em 2008. Outra informação foi sobre a
623 regularização do prédio da PGJ. A PGE já está com a certidão
624 municipal, e que nesta data vão ser expedidos pelos Cartórios às
625 certidões atualizadas do imóvel, e que posteriormente vai ser
626 dado entrada no Cartório Imobiliário da 2ª Zona solicitando a
627 retificação e regularização jurídica desse prédio. **Shandra**
628 **Carmen Sales Aguiar** disse que a ABED/CE trabalha junto com o
629 Núcleo de Educação do Consumidor da UFC e tem um Protocolo de
630 Intenções firmado com a Universidade Federal do Ceará e
631 perguntou se esse Protocolo precisava ser anexado a documentação
632 para inscrição no CEG/FDID. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira**
633 respondeu que não, e que o necessário é que a entidade ABED se
634 apresente como entidade, endereço e apresente a documentação
635 solicitada. Indagou se mais alguém gostaria de se manifestar.
636 Como não houve inscrições, formalizou em nome da Dra. Socorro
637 França os agradecimentos aos representantes das entidades não-
638 governamentais, bem como, os Conselheiros por essa reunião.
639 Agradeceu e encerrou a sessão.
640

ATA DA 41ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 10 de novembro de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

641
642
643
644
645
646
647
648
649
650
651
652
653
654
655
656
657
658
659
660
661
662
663
664
665
666
667
668
669
670
671
672
673
674
675
676
677
678
679
680
681

Edson Alves da Silva
Conselheiro - PGE

Maria Tereza Bezerra Farias Sales
Conselheira - CONPAM

Ana Lúcia Carneiro Bezerra
Conselheira - SECULT

Osterne Feitosa Ferro Neto
Conselheiro - SETUR

Rimena Alves Praciano
Conselheira - SESA

Sérgio de Araújo Lima Aguiar
Conselheiro - AL

José Francisco de Oliveira Filho
Conselheiro - PJMA

Antonio Carlos Azevedo Costa
Conselheiro - DECON

Antônio Helena Teixeira Gomes
Conselheira - SEFAZ

Sheila Cavalcante Pitombeira
Conselheira - CAOMACE